



## **AGRICULTURA CAMPONESA E FEIRA LIVRE EM ÁGUA BRANCA, SERTÃO DE ALAGOAS: INTERFACES CAMPO E CIDADE**

Fábio Pereira dos Santos<sup>1</sup>

### **Resumo**

Este trabalho trata sobre a agricultura camponesa e a feira livre em Água Branca-AL. Nosso objetivo é analisar a interação campo-cidade a partir da produção agrícola camponesa da farinha de mandioca desenvolvida na comunidade da Serra do Cavalo e sua comercialização junto à feira-livre dessa cidade. Nosso trabalho se torna relevante na medida em que oportuniza um aprofundamento teórico-conceitual em direção ao conhecimento da região do semiárido brasileiro, sobretudo, do semiárido alagoano; também pelo aprofundamento da reflexão no que tange às relações campo-cidade e feira livre em pequenas cidades. O trabalho foi construído pelas seguintes etapas: *I*) contato com o legado teórico-conceitual, amparado no conceito camponês conforme Marques (2008), Bottomore (2013), Wanderley (2015) Silva (2019). Para compreendermos sobre feira livre estudamos Dourado (2012), Santos (2013) e Tavares (2017); *II*) trabalho de campo na Serra do Cavalo e feira livre; *III*) elaboração e aplicação de questionários e entrevistas com agricultores; *IV*) análise dos dados e redação final do relatório de pesquisa. Pela análise fica evidenciado que a feira desempenha uma função extremamente importante na reprodução camponesa, pois, permite, mesmo que de maneira precária, a autonomia dos agricultores em comercializar seu excedente e adquirir bens que são necessários à sobrevivência familiar. As relações econômicas sinalizam essa relação campo-cidade, sobretudo, na dinâmica econômica da organização camponesa, nos aspectos sociais e culturais da comunidade camponesa.

**Palavras-chave:** Agricultura, Camponês, Feira, Campo, Cidade.

### **Abstract**

This work deals with peasant agriculture and the open market in Água Branca-AL. Our objective is to analyze the field-city interaction based on peasant agricultural production of cassava flour developed in the Serra do Cavalo community and its commercialization at the open-air market in that city. Our work becomes relevant insofar as it provides opportunities for a theoretical-conceptual deepening towards knowledge of the Brazilian semiarid region, above all, the semiarid region of Alagoas; also for the deepening of reflection regarding the country-city relations and the open market in small towns. The work was built by the following steps: *I*) contact with the conceptual theoretical legacy, supported by the peasant concept according to Marques (2008), Bottomore (2013), Wanderley (2015) Silva (2019). To understand the open market, we studied Dourado (2012), Santos (2013) and Tavares (2017); *II*) fieldwork in Serra do Cavalo and open market; *III*) elaboration and application of questionnaires and interviews with farmers; *IV*) data analysis and final writing of the research report. The analysis shows that the fair plays an extremely important role in peasant reproduction, as it allows, even if precariously, the autonomy of farmers in marketing their surplus and acquiring goods that are necessary for family survival. Economic relations signal this country-city relationship, above all, in the economic dynamics of the peasant organization, in the social and cultural aspects of the peasant community.

**Keywords:** Agriculture, Farmer, Open Market, Field, City.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba-UFPB.  
[fpds@academico.ufpb.br](mailto:fpds@academico.ufpb.br)



## 1. INTRODUÇÃO

O espaço agrário brasileiro teve sua formação sob intensa concentração de terras e produção de monoculturas para atender ao mercado internacional. Essas estruturas, herdadas do período colonial, foram e ainda são responsáveis pela desigualdade no acesso a terra no campo brasileiro. O campesinato, historicamente negado, se constituiu como uma força de resistência em meio a apropriação e dominação do capitalismo no campo. Segundo Marques (2008) o campesinato é um conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem no campo. Desse modo, “enquanto a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições” (MARQUES, 2008, p. 58).

Mesmo que o conceito de camponês esteja relacionado à realidade da idade média europeia, conforme aponta Marques (2008), no Brasil, essa classe guarda as suas especificidades e pluralidade. “Aqui, o campesinato é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista” (MARQUES, 2008, p. 60).

Para Silva (2019) o campesinato no Brasil é uma forma particular de organização, “pautado na mão de obra familiar e na forma com que se articula com os mercados agroalimentares locais e o mercado capitalista buscando sua reprodução enquanto classe camponesa, negando as bases da acumulação ampliada do capital” (SILVA, 2019, p. 41).

Nesse contexto, o objetivo desse trabalho é analisar a interação campo-cidade na cidade de Água Branca, Alto Sertão de Alagoas, a partir da produção agrícola camponesa da farinha de mandioca desenvolvida na comunidade rural da Serra do Cavalo e sua comercialização junto à feira-livre dessa cidade. O foco é demonstrar como a feira auxilia na reprodução camponesa local.

Destarte, nosso trabalho se torna relevante na medida em que oportuniza um aprofundamento teórico-conceitual em direção ao conhecimento da região semiárida brasileira, sobretudo, do semiárido alagoano; também, para obter uma melhor compreensão acerca das feiras livres nas cidades pequenas refletindo sobre a questão campo-cidade, acreditando ser um equívoco pensar o campo em oposição à cidade. Pois, “o campo e a cidade mantêm interrelações, aspectos que complexificam a sua análise, pois há que se pensar estes espaços não apenas em suas contradições como também a partir de suas interações” (DOURADO, 2012, p. 02). Assim, o caráter regional das feiras-livres, sobretudo, nas pequenas cidades, propicia o encontro do mundo rural com o urbano.



Acreditamos também que nossa pesquisa possa instigar os camponeses sobre os problemas enfrentados em seu cotidiano, outrossim, auxiliando no desenvolvimento de uma consciência política, na resistência e na luta camponesa. Por fim, acreditamos que um bom entendimento do espaço agrário de Água Branca, pode propiciar o direcionamento de políticas públicas mais efetivas no território.

## **2. METODOLOGIA**

A metodologia da investigação foi realizada a partir de estudos e reflexões de cunho qualitativo e bibliográfico. Para alcançarmos os objetivos fizemos uma pesquisa bibliográfica: buscar referências em livros, em textos de periódicos, em monografias, em dissertações e em teses que norteiam discussões pertinentes ao tema desta pesquisa, e a partir da bibliografia nos aprofundamos nas questões mais relevantes acerca do tema proposto.

Realizamos um levantamento de dados secundários nas bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE; consultamos a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo e Prefeitura Municipal de Água Branca, buscando dados contidos em decretos e leis sobre políticas públicas voltadas para os agricultores do município, principalmente, na Serra do Cavalo.

Realizamos trabalho de campo para entender e pontuar as características da comunidade da Serra do Cavalo, bem como, a feira-livre da cidade de Água Branca-AL. Aplicamos questionários para 35 agricultores e produtores da farinha de mandioca, desse total, realizamos entrevistas com 10 agricultores. No intuito de preservar a identidade dos agricultores optamos por utilizar nomes fictícios. Realizamos registros fotográficos, para consolidar nossa pesquisa de campo. Por fim, realizamos a análise dos dados coletados e a redação do relatório da pesquisa.

## **3. CAMPESINATO: ABORDAGENS E TEORIAS**

O campesinato, historicamente, tem sido objeto de debates entre estudiosos marxistas e não marxistas de diversos ramos da ciência. Bottomore (2013) ressalta que o debate marxista tem buscado explicações sobre o papel dos camponeses no desenvolvimento do capitalismo.

Esse debate tem como centro a questão de se os camponeses são uma classe social dentro do modo de produção capitalista, constituem um modo de produção distinto e peculiar, ou representam uma classe de transição entre um modo de produção pré-capitalista e o modo de produção capitalista (BOTTOMORE, 2013, p. 76).



Eric Wolf, em seu livro *Sociedades Camponesas* (1976), explana, a partir de uma abordagem antropológica, os aspectos sociais, econômicos e culturais sobre a vida do camponês. A proposta do livro é de ser um manual sobre a vida camponesa, apresentando as causas tanto das persistências quanto das mudanças entre a variada população camponesa no mundo. O autor também chama atenção para as interpretações equivocadas sobre campesinato, e interpreta que o mundo camponês não é “amorfo”, “tradicional” ou “conservador”, o campesinato apresenta características peculiares que desperta reflexões sobre a atividade camponesa em diversas partes do mundo.

Nesse contexto, como pensar o campesinato? Concordamos com Bottomore (2013), quando descreve o campesinato como conjunto de pessoas que trabalham na terra e possuem seus meios de produção: ferramentas e a própria terra. Para Marques (2008) o campesinato é uma categoria social formada por trabalhadores e pequenos produtores autônomos cuja produção se dá no âmbito familiar e para suprir, principalmente, as necessidades da própria família. Segundo Wanderley (2015, p. 26):

Numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura.

Desse modo, conforme os autores estudados, o campesinato apresenta características que lhe são próprias. Destacamos a organização da produção, que no campesinato se dá no âmbito familiar e tem por objetivo suprir o essencial calórico dos membros da família e garantir a reprodução dos seus meios de produção. Assim, se insere numa ordem econômica mais elevada, pois, os camponeses comercializam o excedente da produção para suprir as necessidades da família com bens de consumo que não são produzidos na propriedade. Conforme Silva (2019, p. 41) “os camponeses se articulam com os mercados agroalimentares locais e o mercado capitalista buscando sua reprodução enquanto classe camponesa”. Segundo Wolf (1976) esse é o eterno problema da vida do camponês; contrabalançar as exigências do mundo exterior, em relação as necessidades do seu núcleo familiar.

Essa estreita relação entre o campesinato e o modo capitalista de produção despertou em autores como Marx (1988), Kautsky (1986) e Lênin (1982), no contexto europeu do século XIX, o interesse a desenvolver estudos que apontavam para a desintegração do campesinato. Lênin (1982) na Rússia e Kautsky (1986) na Alemanha, afirmam que o campesinato não iria



resistir à lógica dominadora do modo capitalista de produção e, cedo ou tarde, iria se desintegrar.

Lênin em sua obra “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” (1982), faz uma análise minuciosa sobre a expansão do capitalismo, apresentando novas formas de produção na agricultura e na indústria. Põe em destaque que o sistema de relações econômicas e sociais (agrícola e comunitário) da Rússia mostra a existência de todas as contradições próprias do modo de produção capitalista. O campesinato passa, segundo Lênin, por um processo de “desintegração”. Destaca-se, nesse processo, as novas relações de produção e suas contradições típicas do capitalismo, o aparecimento das classes sociais fundamentais desse modo de produção no campo e na cidade. Podemos citar, como exemplo, a burguesia rural ou campesinato rico que engloba os cultivadores independentes (que praticam a agricultura mercantil), os proprietários de estabelecimentos industriais-comerciais, de empresas comerciais, “contrariamente ao apregoado pelas teorias dominantes no último meio século, a comunidade russa não é antagônica ao capitalismo, mas, ao contrário é a sua base mais profunda e sólida” (LÊNIN, 1982, p. 113).

Kautsky (1986) em “A questão Agrária” também discute o processo de desintegração do campesinato. Ainda de acordo com a autora a indústria tornava-se gradativamente a força motriz da sociedade, portanto, passaria a se expandir para as diversas regiões, notadamente, ocupando os locais onde ainda predominava o campesinato. Esse processo de expansão capitalista provoca a concentração de riquezas, ou seja, “as grandes propriedades absorvem as pequenas e verifica-se a proletarização das camadas mais pobres do campesinato, que não aguentam o peso dos impostos e das dívidas cobradas pelos capitalistas e latifundiários” (KAUTSKY, 1986, p. 05). Nesse contexto, por mais resistentes que fossem as unidades camponesas elas não resistiriam a dominação do modo capitalista de produção. Desse modo, as previsões feitas por Lênin e Kautsky não se confirmaram. No Brasil, por exemplo, a diversidade de trabalhos sobre o campesinato, especialmente no século XXI, indicam que o mundo camponês continua resistindo a dominação capitalista. Conforme Correia e Moreia (2013, p. 113) “o campesinato brasileiro analisado pela maioria dos autores da Geografia Agrária, e de áreas afins, dá sustentação à tese da resistência e da recriação camponesa como síntese contraditória do desenvolvimento desigual do capitalismo no Brasil”.

### **3.1. CAMPESINATO NO BRASIL**

O campesinato no Brasil está inserido numa agricultura extremamente desigual. O acesso a terra, bem essencial para reprodução camponesa, assumiu ao longo da história um





caráter dualista. De um lado se constituiu os grandes proprietários de terras, os latifundiários, com a produção baseada na monocultura e recebendo todo apoio do Estado, seja em vias lícitas ou ilícitas. Do outro lado o camponês, classe formada por trabalhadores livres, escravos, colonos, posseiros, etc., lutando pelo mínimo de acesso a terra para o sustento da família. De acordo com Targino (2002, p. 148):

No Brasil a luta pela terra esteve presente desde a implantação da colônia até os dias atuais, pois a organização social e econômica excludente implantada no Brasil pelos portugueses, entende-se facilmente porque a sua posse foi, ao longo do tempo, objeto de disputa.

Desse modo, a configuração do espaço agrário brasileiro desenvolveu-se sob a intensa concentração de terras e incentivos à implantação dos latifúndios. Concordamos com a afirmação de Wanderley (2015, p.27):

No caso do campesinato do Brasil, é preciso considerar que a agricultura brasileira, na qual ele está historicamente inserido, manteve, mesmo longamente após o fim do período colonial, seus traços estruturantes, que consistiam na grande propriedade monocultora e no trabalho escravo.

Destarte, a agricultura brasileira desde a sua gênese associou-se as grandes propriedades e a monocultura. O campesinato, nesse contexto, assume um caráter secundário, em alguns momentos, especialmente, no período da revolução verde foi tratado como resquícios de uma economia pré-capitalista que não se desenvolveu.

Conforme Martins (1983) o campesinato no Brasil foi caracterizado como algo estanho, “excluído”. “Definiram-no como aquele que está em outro lugar, no que se refere ao espaço, e como aquele que não está senão ocasionalmente, e nas margens, nesta sociedade. Ele não é de fora, mas também não é de dentro. Ele é, num certo sentido excluído,” (MARTINS, 1983, p. 25).

Essa invisibilidade atribuída ao campesinato é fruto dos embates políticos que buscam a todo custo adjetivar essa forma de agricultura ao atraso econômico e social. De acordo com Wanderley (2015, p. 30) “a palavra “camponês” carrega um forte conteúdo político, pois ela é frequentemente associada ao movimento camponês, que foi duramente perseguido, como “subversivo” pelos governos militares, que dirigiram o Brasil de 1964 a 1985”. Portanto, no sentido de descaracterizar o campesinato o Estado brasileiro busca outras formas de nomear, chamando de “pequenos produtores”, “agricultores de subsistência”, “produtores de baixa



renda”, sempre secundarizando essa classe de trabalhadores diante da agricultura moderna, o agronegócio, desenvolvida no Brasil.

Assim, compreende-se que a configuração da agricultura brasileira baseada nas grandes propriedades monoculturas provocou e vem acentuando uma extrema desigualdade no acesso a terra. O campesinato assume a função de resistir a lógica dominadora do capitalismo no campo. As formas e a diversidade do campesinato nas diversas regiões do Brasil sinalizam a luta e a resistência em defesa do trabalhador camponês no campo.

Resistir e lutar torna-se cada vez mais difícil, notadamente, quando se tem um sistema (Estado, Governos, Mídia, etc.) que lutam incansavelmente pelo fim do campesinato. Oliveira (2016) tem feito inúmeras reflexões sobre a ação do Estado no beneficiamento de grupos capitalistas que estão ocupando de maneira irregular a fronteira amazônica. Segundo Oliveira (2016) a região do Araguaia, o Mato Grosso e a Amazônia Legal como um todo, a partir da década de 60, passou a conhecer um novo processo de ocupação. Essa ocupação não se tratava de latifundiários tradicionais ou da frente de expansão composta por posseiros provenientes de Goiás e de estados do Nordeste, e sim, uma ocupação provocada pela inserção e expansão acelerada do capitalismo na região, isso através de projetos vultosos para o estabelecimento de projetos agropecuários.

Conforme Oliveira (2016) o governo incentiva essas ocupações oferecendo linhas de crédito, isenção de impostos e outras vantagens fiscais e em contrapartida as empresas incentivam a criação de emprego na região. Esse é o discurso que legitima a ocupação promovida pelo Estado, porém, sabemos que o agronegócio não tem capacidade de gerar tantos empregos como são divulgados no processo de implantação desses projetos. Do mesmo modo, percebe-se que todo esse processo é uma maneira encontrada para a inserção do capitalismo nas áreas de fronteira agrícola no Brasil. Assim, compreendemos que houve uma intencionalidade em negligenciar o campesinato em todo o processo de formação do espaço agrário brasileiro. O camponês vive essa constante luta pelo acesso a terra, visto que, a terra é o elemento central para reprodução camponesa.

### **3.2. CAMPESIANTO E FEIRA LIVRE: BREVES CONSIDERAÇÕES**

A produção para o autoconsumo é um dos pilares de sustentação do campesinato. No entanto, é necessário que o grupo familiar adquira bens de uso que não são gerados na unidade familiar. Assim, o chefe da família utiliza o excedente da produção para aquisição desses bens. A feira-livre é um espaço territorializado na cidade que permite aos camponeses a comercialização de seus produtos.



As feiras-livres, conforme Tavares (2017, p. 25-26), são espaços de “comercialização antigo e popular, que permanece atuante na economia de diversos municípios brasileiros no período atual, exercendo significativa importância na vida urbana e regional”. De origens antigas, a feira assume destaque no fim da Idade Média, sobretudo, com o renascimento urbano e comercial desencadeada pelas Cruzadas Santas e também pela produção de excedentes nos feudos.

No Brasil, as feiras surgem no período colonial e perduram até os dias atuais. Pode-se dizer que dentre as regiões brasileiras, a região Nordeste se destaca quanto a importância da feira. Segundo Santos (2013, p. 764) “as feiras-livres brasileiras, em especial as do Nordeste, tiveram papel de destaque na produção do espaço de diversas cidades, e serão, ainda, responsáveis pelo aparecimento de diversos núcleos urbanos”.

Chamamos atenção para as feiras realizadas nas cidades pequenas. Conforme Corrêa (2011), esses pequenos centros situam-se no início da distribuição de produtos de origem rural, por exemplo, milho, feijão, farinha de mandioca, pequenos animais, hortaliças, etc., e no fim da cadeia de distribuição de produtos industrializados: alimentos industrializados, utensílios domésticos, vestimentas em geral, objetos de trabalho, etc. assim, o local do encontro do mundo rural com o mundo urbano.

Os espaços (ruas, calçadas, pátios, etc.) são territorializados por agricultores camponeses, por feirantes, por consumidores e por grupos sociais organizados (associações, cooperativas, etc.), que objetivam manter trocas comerciais. Segundo Dourado (2012) as feiras-livres têm desempenhado importante papel junto ao campesinato. O autor destaca três motivos principais:

Primeiro, por constituir-se um espaço no qual o campesinato pode comercializar os produtos do trabalho familiar na produção agrícola, na pecuária e no artesanato, de onde obtêm recursos para comprar aquilo que não produzem. Em segundo lugar, através das feiras livres as classes sociais economicamente menos favorecidas têm acesso a alimentos frescos e de qualidade a preços acessíveis. Por último, cremos que as feiras livres constituem espaços com grandes potencialidades para a reprodução da cultura camponesa em tempos de ascensão dos *fast food* e das grandes cadeias de supermercados (DOURADO, 2012 p.03 ).

A feira-livre nesse contexto, é um território democrático que permite aos camponeses um espaço para comercialização de seus produtos, também proporciona o acesso dos menos favorecidos a uma alimentação de qualidade e acessível, além de garantir a resistência da cultura camponesa.





#### 4. RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES: UMA ANÁLISE MINUCIOSA DOS DADOS COLETADOS

O município de Água Branca está localizado no extremo oeste do Sertão de Alagoas (figura 01), aproximadamente a 304 km da capital Maceió. Sua extensão territorial é de 454,625 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 42,62 hab/km<sup>2</sup>. A população é de aproximadamente 19.377 habitantes, sendo 5.101 residentes na área urbana e 14.276 residentes na área rural.



**Figura 01: Mapa de localização de Água Branca-AL**

Autor: Fábio Pereira dos Santos

Fonte dos dados: IBGE (2020)

Entre o século XIX e XX, o município de Água Branca destacou-se pelo pioneirismo nas atividades de produção da cana de açúcar. Os engenhos espalhavam-se por todo o território e a produção abastecia todo o mercado regional. Entre os produtos comercializados a rapadura era o que se destacava como o mais atrativo, com um maior índice de comercialização na época. Aliado a produção da cana de açúcar, surgiu as lavouras temporárias com o cultivo de produtos como a mandioca, o feijão, o milho, o algodão, entre outros.

Destarte, a atividade mandiogueira (cultivo da mandioca com a transformação em farinha e outros derivados) aos poucos foi ganhando destaque no cenário produtivo local. Com o fim do ciclo do açúcar na região, os canaviais foram, aos poucos, substituídos pelo cultivo da mandioca e os engenhos foram substituídos pelas casas de farinha artesanal.

Para Andrade (1998, p. 192), as serras úmidas são os celeiros no sertão semiárido, onde é possível produzir quase todos os tipos de alimentos e também as frutas. A produção das lavouras temporárias encontra nesse espaço de *exceção* as condições ideais para sua



reprodução. Na tabela abaixo, temos a distribuição da produção agrícola em lavouras temporárias e lavouras permanentes.

**TABELA – PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM ÁGUA BRANCA (AL) EM 2019**

<b>Lavouras permanente</b>	<b>Área produzida (hectares)</b>	<b>Lavouras temporárias</b>	<b>Área produzida (hectares)</b>
Abacate	2	Algodão	6
Banana	10	Batata-doce	5
Castanha de Caju	6	Cana de açúcar	8
Coco da baía	25	Feijão	1.600
Goiaba	2	Mandioca	144
Laranja	4	Melancia	16
Mamão	3	Milho	20
Manga	1	Tomate	1
Maracujá	4	—	—
<b>Área total</b>	<b>57 hectares</b>	<b>Área total</b>	<b>1.800 hectares</b>

Fonte dos dados: IBGE (2019)

Organização: Fábio Pereira dos Santos

A tabela destaca a importância da cultura agrícola temporária na dinâmica econômica do espaço agrário de Água Branca, sobretudo, do cultivo de cereais como feijão, milho e mandioca. Em nossa análise, identificamos que o principal *lócus* dessa produção agrícola advém do povoado da Serra do Cavalo, situada a 15 km da sede municipal. A população do povoado é de aproximadamente 1.300 habitantes, tem uma altitude que variam entre 750 a 788 metros, apresenta aspectos físico-naturais (solo, clima, vegetação, hidrografia) diferentes do semiárido nordestino. Esses aspectos proporcionam maior produtividade agrícola com destaque para a produção de cereais.

Os principais produtos cultivados na comunidade são: feijão, milho e mandioca. A mandioca é um alimento extremamente importante para a sobrevivência das famílias. Primeiro, por ser um dos principais alimentos consumidos diariamente pelas famílias; segundo, por proporcionar uma fonte de renda, pois, quando faltar os bens básicos para a sobrevivência familiar é através da produção e comercialização da farinha que o agricultor garante o sustento do grupo familiar. Por fim, a mandioca é muito resistente aos longos períodos de estiagem e garante a alimentação das famílias em qualquer período do ano.

A produção agrícola tem como principal meio de comercialização a feira livre de Água Branca. As feiras livres, nas cidades pequenas, funcionam como local de confluência na distribuição de produtos, seja de origem rural, seja de origem urbana. De acordo com Silva (2007, p. 90), “as feiras, objetivamente ordenadas e definidas num determinado tempo e num determinado espaço, configuram um lugar onde é possível o intercâmbio de produtos, serviços



ou valores”. Nas feiras livres é possível encontrar produtos variados, de qualidades e características diversas.

A feira livre da cidade de Água Branca (foto 01) acontece às segundas-feiras, no centro da cidade, especificamente, na Praça da Matriz (Praça Fernandes Lima), fazendo um paralelo com as ruas Miguel Torres, Senador Luiz Torres, Coronel Ulisses Luna e Avenida Getúlio Vargas, todas situadas no centro da cidade. Nesse dia, a paisagem urbana é transformada em um grande espaço de trocas comerciais; as calçadas são tomadas por lonas, barracas, pessoas, carros, tudo dividindo o mesmo espaço.



**Foto 01 – Feira livre de Água Branca-AL**

Data: 09/12/2020

Autor: Fábio Pereira dos Santos

Durante a pesquisa de campo podemos identificar que a farinha de mandioca advinda da Serra do Cavalo é comercializada na Feira de Cereais (Foto 02). Essa feira ocorre à rua Lourenço Bezerra de Melo às segundas-feiras, entre 06:00h e 09:00h da manhã. Na feira de cereais o agricultor/produtor da farinha de mandioca comercializa seu produto diretamente com os consumidores/compradores, mostrando assim a qualidade do seu produto.

Destacamos que os compradores são, em grande parte, “atravessadores”<sup>2</sup>, esses indivíduos controlam o valor que será pago pela saca de farinha. Assim, ao se deslocar de sua

---

<sup>2</sup> “Os atravessadores são agentes de comercialização que atuam nas cadeias produtivas como intermediários, nas comercializações dos produtos independentes da origem, entre os produtores e os consumidores. Os atravessadores aproveitam-se da desorganização e desestruturação dos produtores rurais, principalmente dos pequenos produtores que praticam a comercialização de forma individual, para adquirir seus produtos a um preço extremamente baixo, sob pena da perda pela deterioração dos mesmos, e revendê-los ao atacado ou varejo a preços determinados pelo próprio atravessador, pelo fato



residência o agricultor não sabe o preço que será pago pelo seu produto, ou seja, ele não tem controle sobre o valor da sua produção. Pois, caso tenha muitos agricultores vendendo a farinha, os atravessadores se organizam e pagam um preço bem baixo. Porém, se houver um número baixo de agricultores comercializado a farinha o preço paga pela saca será maior. Isso depende muito da situação em que se encontra a feira e o comércio do produto em cada semana.



**Foto 02: Agricultores descarregando sacas de farinhas na feira de cereais**

Data: 09/12/2019

Autor: Fábio Pereira dos Santos

Para realizarmos essa pesquisa de campo entrevistamos 35 agricultores da comunidade da Serra do Cavalo. Distribuídos em 20 homens e 15 mulheres. Podemos constatar que a maioria, um total de 20 dos agricultores, vendem sua produção de farinha na feira de cereais e os demais vendem aos atravessadores no próprio local onde é produzida, na casa de farinha. Ao ser questionado porque prefere vender a farinha na feira de cereais, José Lima (agricultor, 32 anos) respondeu: *vender farinha na feira em Água Branca é melhor porque se não tiver muito a gente vendendo eu vou vender por um bom preço*. Outra agricultora responde de forma oposta ao mesmo questionamento, Bernadete Souza, 40 anos: *é mais difícil vender na rua, lá não sei como será o preço, vender aqui na casa de farinha é melhor, pois, não vou gastar com frete do carro e já levo o dinheiro para fazer a feira*. Através dos relatos dos agricultores percebemos a insegurança do processo de comercialização da farinha de mandioca. Em geral, notamos que o agricultor é obrigado a vender o produto, seja na casa de farinha, seja na feira de cereais. Na foto 03, temos um agricultor do povoado Serra do Cavalo, negociando a farinha de mandioca na feira de cereais em Água Branca. Esse momento da comercialização é determinante para o

---

da concentração dos produtos, aumentando dessa forma seu poder de negociação com os clientes” (MAYORGA e OLIVEIRA, 2005, p. 03).





agricultor, pois é com recurso obtido através da venda da farinha que o agricultor vai garantir sua sobrevivência e o da sua família.

O município de Água Branca tem como principal veículo de transporte, coletivo da área rural para a área urbana, as caminhonetes (D20) (foto 03). São esses veículos que todos os dias, inclusive nos dias de feira livre, fazem o deslocamento dos moradores e dos produtos agrícolas que vão ser comercializados na feira, notadamente, a farinha de mandioca.



**Foto 03: Agricultores negociando a farinha de mandioca na feira de cereais**

Data: 09/12/2019

Autor: Fábio Pereira dos Santos

Após comercializar seus produtos os agricultores usam o dinheiro para comprar produtos industrializados, necessários para o sustento de sua família. Em entrevista, o agricultor Clemilson Pereira, de 36 anos, relata que: *se não tiver a farinha para vender não tem como comprara as outras coisas pra dentro de casa.*

No contexto apresentado, a feira livre assume um papel central no estabelecimento da reprodução camponesa. Pois, é um espaço no qual o agricultor pode comercializar seus produtos e adquirir bens que não são produzidos em sua propriedade. A feira enquanto materialização das relações socioeconômicas também se torna relevante para a leitura geográfica das interações entre o urbano e o rural, sobretudo, nas pequenas cidades.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da análise realizada fica evidente a importância da produção da farinha de mandioca e sua comercialização na feira livre para a reprodução camponesa. Pois, permite, mesmo que de maneira precária, a autonomia dos agricultores em comercializar seu excedente





bem como adquirir bens que são necessários à sobrevivência familiar, mas que não são produzidos pela unidade camponesa. Pois, como afirma Marques (2008, p. 59) “o modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista”.

Queremos destacar, também a precariedade de infraestrutura na feira de cereais. Onde o agricultor é obrigado a colocar suas sacas de farinha no meio da via pública, sem nenhuma proteção contra chuva e sol, em dias de chuvas, por exemplo, é inviável o agricultor vender sua farinha, algumas vezes, por não conseguir comprador é obrigado a voltar com a farinha para sua casa e tentar vender novamente na semana seguinte. Assim, fica evidente a negligência do poder local, nesse caso, a prefeitura municipal de Água Branca com os agricultores camponeses do município.

Assim, apesar da precariedade, esse local ainda permite aos camponeses certa autonomia para comercializar seu excedente, caso o mesmo não queira, vender no local da própria produção. A feira, portanto, permite um grau de monetarização que garante o acesso a bens não produzidos pelos camponeses. As relações econômicas, nesse contexto, sinalizam essa relação campo-cidade, sobretudo na dinâmica econômica da organização camponesa, sem falar nos aspectos sociais e culturais da comunidade camponesa.

## 6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste** - Contribuições ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 6. Ed. Editora Universitária - UFPE, Recife, 1998.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Edição digital: abril 2013.

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em 25 jun. 2021.

CORRÊA, R. L. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 15, n. 3, p. 5-12, 2011. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74228. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

CORREIA, S. C. C.; MOREIRA, E. **Campesinato do município de Teixeira na Paraíba: resistência e formas de recriação camponesa**. Revista Pegada – vol. 14 n.1. julho/2013. ISSN: 1676-3025.

DOURADO, J.A. L. **Feiras Livres e Reprodução Camponesa: Interfaces da Relação Campo – Cidade**. Anais XXI Encontro de Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia – MG, 2012.



KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Tradução de Die Agrarfrage. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LENIN, V. Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução de José Paulo Neto. (Série os economistas). São Paulo. Ed. Abril cultural, 1982.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** Tradução de Ronaldo Alves Schmidt. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1988.

MARQUES, M. I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Revista NERA (UNESP), ISSN: 1806-6755. v. 11, p. 57-67, 2008. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399/1381>>. Acesso: 30 de jun. 2021.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil.** 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MAYORGA, M. I. O.; OLIVEIRA, A. D. S. **Os impactos da participação do atravessador na economia do setor agrícola:** um estudo de caso. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, 43., Riberão Preto-SP, 2005. Anais... Brasília-DF: SOBER, v. 1, p. 1-13, 2005.

OLIVEIRA, A. U. **A fronteira amazônica mato-grossense:** Grilagem, Corrupção e Violência. São Paulo: Iandé Editorial, 2016, 530 p.

SANTOS, C. R. **O lugar da feira-livre na produção do espaço da cidade contemporânea:** mudanças e permanências. ENANPEGE, 2013. p. 764-774.

SILVA, J. S., **Breve revisitação ao conceito de campesinato no Brasil.** Rev. NERA Presidente Prudente v. 22, n. 50, pp. 40-63 Set.-Dez./2019 ISSN: 1806-6755. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:wq-RSO5ukLsJ:https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/6006/5061+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso 30 de jun. 2021.

SILVA, K. C. **Dinâmicas regionais de cidades de porte médio:** um estudo de caso sobre a concepção de serviço de saúde em Caruaru – PE. 149 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife, 2007.

TAVARES, N. J. A. **Feira livre de Boqueirão:** dinâmica regional, mercado e consumo no Cariri Paraibano, 2017. 126 f. Dissertação de Mestrado-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

TARGINO, I. **A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil.** In Raízes, Campina Grande, UFCG/PPGS, v.21, n. 1 – janeiro a junho de 2002.

WANDERLEY, M. N. B. **O Campesinato Brasileiro:** uma história de resistência. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014 – Impressa em fevereiro de 2015.

WOLF, E. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.